

Relatores entregam hoje estudos sobre emendas

por Marcos Magalhães
de Brasília

Termina às 18 horas desta terça-feira o prazo para que os relatores das 38 seções em que foi dividido o projeto de lei do orçamento da União para 1989 entreguem os seus pareceres ao relator geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). O envio de correções ao projeto pelo Palácio do Planalto, contudo, ainda vai adiar por alguns dias o verdadeiro debate sobre a utilização do dinheiro público no ano que vem.

Os relatores estudaram 2.660 emendas apresentadas por deputados e senadores, que transferem de um órgão para outro, ou, simplesmente, cancelam dotações incluídas no orçamento. O senador Almir Gabriel disporá agora de mais dez dias para estudar o projeto de uma forma global. No dia 18, será a vez do próprio relator geral apresentar o seu parecer, que ficará entre os dias 21 e 25 em discussão e votação no plenário da comissão de orçamento.

O calendário foi subvertido, porém, pela anunciada intenção do Poder Executivo de enviar substanciais correções ao projeto, para deixar próximo de zero o déficit público previsto pa-

ra 1989. No primeiro ano de retomada pelo Poder Legislativo da prerrogativa de alterar a proposta do governo, os relatores escolhidos exerceram até hoje, portanto, uma função mais formal do que real.

Somente com a chegada dos novos números do Executivo é que os relatores setoriais serão chamados novamente por Gabriel, para opinar sobre os cortes que afetarão as suas respectivas áreas. Os relatórios que deixam hoje na comissão, por outro lado, não poderão ser discutidos pela sociedade. Segundo determinação do presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), os documentos serão restritos, uma vez que não representam a posição da maioria do colegiado.

Até o final da tarde de ontem, somente haviam sido entregues quatro, dos 38 relatórios. Os primeiros relatores que concluíram seus pareceres foram o senador João Castello (PDS-MA), sobre o serviço da dívida da União, o senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), a respeito da Sudene, o deputado Furtado Leite (PFL-CE), sobre as subvenções sociais do Poder Legislativo, e o deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), a propósito do Ministério da Habitação e Bem-Estar Social.